

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.602 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2002



Célio Azeredo

Plenário analisa MPs e decide sobre reforma da Justiça

Pedido para adiar deliberação sobre mudanças no Poder Judiciário também está na pauta

Os cinco primeiros itens na pauta da sessão de hoje do Senado são medidas provisórias, cujo exame tem preferência sobre as demais matérias. Está também na ordem do dia requerimento em que oito líderes partidários solicitam o adiamento de decisão sobre a reforma do Judiciário – proposta que, tecnicamente, se encontra pronta para ser votada pelo Plenário.

PÁGINA 3

Antes de qualquer votação, os senadores devem decidir sobre as cinco medidas aprovadas pela Câmara

Heloísa Helena: 99% das ações contra seca não saíram do papel

PÁGINA 6

CAE examina proposta que zera a alíquota de imposto da cesta básica

PÁGINA 2

Projeto aumenta parte da União no custeio do ensino fundamental

PÁGINA 4

Tião Viana participa da abertura do seminário que contou com a presença de representantes de vários países da América Latina

Índios discutem participação no Parlamento

Com a presença de representantes de vários países da América Latina, o seminário “Índios e Parlamentos” discute a participação dos povos indígenas no Poder Legislativo. Alguns parlamentares indígenas que estavam no evento discutiram a experiência de seus países. Na abertura do seminário, o senador Tião Viana afirmou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva irá imprimir novo modelo à questão indígena.

PÁGINA 8



José Cruz

Produtos da cesta básica poderão ter alíquota de ICMS reduzida a zero

Projeto do senador Ramez Tebet, a ser examinado hoje pela CAE, deve beneficiar principalmente os 32 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha da pobreza

CPI das ONGs apura denúncia de atuação ilícita



Mozarildo preside comissão de inquérito

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil realiza reunião, após as votações da sessão de hoje, para ouvir Alexandre Paes dos Santos, diretor da APS – Consultoria Jurídica. A CPI quer apurar denúncias que estão sendo investigadas pelo Ministério Público de que Alexandre estaria atuando de forma suspeita junto ao Ministério da Saúde para obter a liberação de medicamentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Citado na denúncia, o presidente do laboratório Novartis, Andréas Strakus, que já foi ouvido pela CPI das ONGs, negou que a empresa tenha recebido qualquer tipo de favorecimento relacionado com o medicamento Glivec – para tratamento do câncer – que fabrica. Ele contestou as informações de que Alexandre Paes tenha feito contatos com o ministério em nome do laboratório.

Estão previstos ainda os depoimentos do presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (Adesbrar), Domis Vieira Lopes, e do presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Sérgio Haddad.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deverá apreciar durante sua reunião de hoje, em caráter não-terminativo, proposta do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente do Senado, destinada a reduzir a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre os produtos da cesta básica de alimentos.

Ao dar parecer favorável à matéria, o relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), disse que a proposta vai beneficiar, principalmente, os 32 milhões de brasileiros que se encontram abaixo da linha de pobreza no país. Para o senador, chega a ser “odioso constatar que em nosso país, com a existência de tantos miseráveis, produtos de alimentação básica sejam taxados em níveis elevados”.

Caso aprovada, a medida deverá induzir a uma redução do preço final do arroz, feijão, carne e leite, além de produtos como fa-



Tebet defende redução no preço de produtos como arroz, feijão e carne

rinha de trigo, farinha de milho, mandioca, frango, peixe, batata inglesa, tomate, óleo de soja, vinagre, pão francês, café, macarrão e extrato de tomate.

Atualmente, os estados podem tributar esses produtos com alíquotas que vão até 12%. A redução da alíquota para zero é uma medida que difere da isenção dos produtos, já que uma alíquota zero pode ser elevada a qualquer momento, por determinação legal, enquanto a isenção teria de respeitar o princípio da anualidade, pelo qual um tributo somente pode

ser cobrado no exercício seguinte ao da sua criação.

Embora o projeto proposto por Tebet e assinado por 27 senadores implique redução de receita para os estados, por ser o ICMS um tributo estadual, João Alberto destaca o acerto da medida, num país que, segundo ele, “contrasta riquezas naturais e impressionante iniquidade na distribuição de renda”.

– Muitas medidas já foram adotadas pelo poder público para garantir a cada brasileiro a quantidade de alimentos necessária à manutenção da saúde. Infelizmente, a despeito de programas governamentais, a fome ainda é um dos graves problemas deste país – acrescentou.

Ao considerar o combate à pobreza “missão do Estado”, o relator observou que a redução da carga tributária é uma das opções para diminuir o preço de produtos da cesta básica, facilitando sua aquisição pelas famílias mais pobres.

Dívidas da Varig vão a exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoverá hoje, após o encerramento da ordem do dia no Plenário, audiência pública destinada a examinar dificuldades econômico-financeiras que vêm sendo enfrentadas pela Viação Aérea Rio-Grandense S/A (Varig). A audiência pública foi sugerida pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), sendo aprovada por unanimidade.

Após consulta aos senadores, o presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), decidiu dividir a audiência pública em etapas – a primeira para ouvir pessoas ligadas ao setor, e uma outra para

ouvir dirigentes da empresa e credores.

A CAE deve ouvir hoje Selma Balbino, presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários; Graziella Baggio, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; e o comandante Flávio de Souza, presidente da Associação dos Pilotos da Varig.

O diretor-presidente da Varig, Arnin Lore, deve comparecer à audiência do próximo dia 26, juntamente com o presidente do Conselho Curador da Fundação



Audiência proposta por Saturnino foi aprovada por unanimidade

Ruben Berta, Yutaka Imagawa.

No requerimento de Saturnino seriam ouvidos, também, representantes do Comitê dos Credores da Varig e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES), Eleazar de Carvalho Filho.

Para Saturnino, “com a venda de aviões e demissões de pilotos, a Varig tem condições de pagar os débitos, mas encontra inflexibilidade por parte dos credores, principalmente empresas estatais”.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

9h – Solenidade de abertura da Cúpula Parlamentar de Integração Continental. Plenário da Câmara dos Deputados
12h – Hasteamento do Pavilhão Nacional, em comemoração ao Dia da Bandeira, em frente à rampa do Congresso Nacional
13h – Almoço com os participantes da Cúpula Parlamentar de Integração Continental. Palácio do Itamaraty, Salão Brasília
15h – Recebe Geraldo Brindeiro, procurador-geral da República

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Hora do expediente: será dedicada a reverenciar a memória de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil da República, pelo transcurso do centenário do seu falecimento.
Pauta: MP nº 58/02, que exclui da vedação prevista no artigo 3º da Lei nº 9.491/97 as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil; Projeto de Lei de Conversão nº 25/02, que dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001; Projeto de Lei de Conversão nº 26/02, que dispõe sobre assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo; Projeto de Lei de Conversão nº 27/02, que altera o artigo 25 da Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Projeto de Lei de Conversão nº 28/02, que dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos; PR nº 68/02, autoriza a União a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 75 milhões, de principal, entre a Caixa Econômica Federal e o Bnd, destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMS II; PR nº 69/02, autoriza a União a conceder garantia, e o governo de Goiás a conceder contragarantia à União – ambos referentes ao empréstimo do Saneamento de Goiás S.A. (Saneago) junto ao BID, no valor equivalente a até US\$ 47,6 milhões, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia; entre outros.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

10h – Comissão Mista de Segurança Pública. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

11h30 – Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

Após a ordem do dia – Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

Após a ordem do dia – CPI das ONGs. Ala Senador Nilo Coelho – sala 02

18h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Pequenos municípios podem ter direito a verba para segurança

Em reunião marcada para as 10h de hoje, a Comissão Mista de Segurança Pública, criada para diagnosticar as causas e efeitos da violência no país, deve discutir e votar emendas de Plenário a dois projetos do Senado. O primeiro altera a lei que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o segundo dispõe sobre investigação de organizações criminosas e regime especial de cumprimento da pena por seus líderes.

A emenda apresentada pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG) permite que municípios que não mantenham guarda municipal tenham acesso às verbas do fundo desde que se comprometam a aplicar os recursos em programas educacionais de prevenção de ilícitos, iluminação pública, saneamento, lazer e outras ações que contribuam, decididamente, para a segurança pública.

— Ressalte-se que a grande maioria dos municípios brasileiros não possui mais que 5 mil habi-

tantes e sobrevive graças ao Fundo de Participação dos Municípios, não podendo arcar com os altos custos de uma corporação, que envolve treinamento, armamentos, equipamentos, viaturas, gastos com salários, saúde e previdência. Restringir a participação desses municípios é verdadeira afronta à cidadania — argumenta Arlindo Porto.

DELEGADO

A emenda ao projeto sobre organizações criminosas, encaminhada pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), substitui a expressão “delegado de polícia” por “autoridade policial judiciária, civil ou militar”. O senador explica que a expressão “delegado de polícia” impede que autoridades judiciárias militares que elaboram inquéritos policiais sejam incluídas no corpo da futura lei. Segundo ele, isso gerará dificuldades na investigação de crimes militares em que exista envolvimento de organizações criminosas.



Arlindo Porto quer garantir recursos do Fundo Nacional de Segurança a todos os municípios



Gilvam Borges propõe mudança no projeto sobre investigação de organizações criminosas

Comissão examina hoje nomes para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa hoje duas mensagens do Executivo. A primeira indica Eduardo Monteiro de Barros Roxo para a embaixada do Brasil na Síria. A segunda aponta o nome de Osmar Vladimir Chofi para a representação brasileira na Espanha.

A reunião está marcada para as 17h30, e ambas as indicações serão examinadas em sessão secreta. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM) são os relatores das indicações presidenciais. A comissão é presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).



Genalio Magela

Reunião da Comissão de Relações Exteriores está prevista para as 17h30



José Cruz

A votação, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que reforma o Judiciário pode ser adiada

Senado analisa MPs e a reforma do Judiciário

Cinco medidas provisórias já aprovadas pela Câmara dos Deputados devem ser votadas para desobstruir a pauta

Os senadores deverão votar, assim que se iniciar a sessão de hoje, às 14h30, os cinco primeiros itens da pauta. São medidas provisórias (MPs) já aprovadas pela Câmara dos Deputados que, se não forem apreciadas pelo Plenário, impedem o exame das demais matérias previstas para a ordem do dia. Entre estas, destaca-se a proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma do Judiciário, que volta a tramitar no Plenário, depois do exame de emendas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Além da votação das MPs, o exame da reforma do Judiciário também depende de decisão acerca de requerimento assinado por oito líderes, excluídos o do PFL e o do PPS, que pede o adiamento de deliberação sobre a matéria. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

afirmou que ainda existem inúmeras divergências sobre o parecer do relator, Bernardo Cabral (PFL-AM). O requerimento destaca que entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e Associação Nacional dos Magistrados do Brasil (AMB) defendem o adiamento da votação.

Por determinação do presidente do Senado, Ramez Tebet, a reforma do Judiciário entra na pauta de hoje e de amanhã. Caso decida votá-la, o Plenário terá esses dois dias para encaminhar a votação ou entregar pedidos de destaque de votação.

As medidas provisórias em votação tratam da venda de ações do Banco do Brasil; definem a responsabilidade em casos de atentados ou de guerras em que sejam atingidas aeronaves brasileiras; e dispõem sobre o leilão de

madeiras apreendidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama).

Outra matéria da pauta é o projeto de lei complementar de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera a legislação que trata do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado nas prestações de serviços de transportes interestaduais e intermunicipais e comunicação.

Emenda à Constituição de Fernando Ribeiro (PMDB-PA) cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, aos estados que produzirem saldo positivo na sua balança comercial com o exterior.

Os senadores irão examinar, ainda, duas autorizações para contratação de empréstimos externos e 16 decretos legislativos que permitem o funcionamento de emissoras de rádio.

Plenário vai decidir se mudanças na Justiça serão votadas, afirma Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que o Plenário vai decidir se haverá ou não votação da proposta de emenda constitucional da reforma do Judiciário, prevista para amanhã. Tebet disse que é regimentalmente obrigado a pôr em votação re-

querimento encabeçado pelo PT para que a votação seja adiada e que a decisão ocorrerá “independentemente da opinião pessoal do presidente”.

A declaração foi feita em resposta a discurso do senador Francelino Pereira (PFL-MG), que manifestou

interesse em ver a matéria votada (veja mais informações na página 7). Tebet saudou Francelino, que segundo o presidente vai deixar a vida pública por decisão própria. Ele ressaltou que o Senado sentirá saudades de Francelino, que a partir de 1º de fevereiro fica sem mandato.

CE analisa projeto que aumenta a participação federal no Fundef

Objetivo da proposta de Paulo Souto é permitir que o fundo cumpra a função de garantir crescente melhoria da qualidade do ensino e valorização salarial dos professores

A Comissão de Educação (CE) deve analisar, a partir das 11h30, proposta de elevação gradual, ao longo dos próximos anos, do valor mínimo anual por aluno (VMAPA), que serve de regulador da complementação da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), no âmbito de cada estado.

Conforme destaca o relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), o objetivo da proposta, de iniciativa do senador Paulo Souto (PFL-BA), é permitir que “o Fundef cumpra sua função de garantir crescente melhoria de qualidade do ensino e valorização salarial dos professores, por meio de

verbas mais abundantes”.

O texto a ser votado pela CE é um substitutivo do relator. De acordo com o projeto de Souto, o valor mínimo anual por aluno corresponderá à razão entre a previsão da receita total para o fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas. O substitutivo mantém essa definição, mas acrescenta uma proposta de progressividade segundo a qual o valor mínimo para 2003 seria de 70% do calculado, para



Iniciativa de Paulo Souto eleva valor mínimo anual por aluno

2004, de 80%, e para 2005, de 90%. Nos anos subsequentes, se adotaria, então, o valor integral.

O relator mantém, no substitutivo, o projeto de Souto na parte em que este protege os recursos orçamentários destinados à complementação da União de contingenciamento sob qualquer argumento. Depois de ser examinada pela CE, a matéria irá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

A pauta da CE inclui uma indi-

cação do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) para que sejam feitos estudos visando à criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense. Também será apreciado parecer do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) solicitando providências ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério da Educação a partir de aviso do TCU sobre auditorias realizadas em universidades federais “com o objetivo de se obterem dados regionais como contribuição para a elaboração de um diagnóstico na área do ensino superior em nível nacional”.

Devem ser votados ainda projetos de decreto legislativo relativos a autorizações para a execução de serviços de radiodifusão.



Roosevelt Pinheiro

Mauro disse que emenda assegura R\$ 990 milhões para investimentos em Goiás

Mauro Miranda destaca união da bancada goiana

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a importância da união da bancada goiana no Congresso Nacional, independente de questões partidárias, para a aprovação de emendas orçamentárias que irão possibilitar investimentos em diversos municípios de Goiás no próximo ano.

Mauro observou que o trabalho conjunto de deputados federais e senadores assegurou a inclusão de recursos da ordem de R\$ 990 milhões para investimentos em obras de grande porte em Goiás. Como exemplos, o parlamentar citou a estação de tratamento de esgoto e o metrô de superfície, em Goiânia, e a conservação e duplicação das rodovias federais que cortam o estado.

O senador lembrou que a maior parte dos recursos orçamentários foi destinada para grandes obras, localizadas nos municípios de contingente populacional superior a 200 mil habitantes. Porém, informou, emenda individual do Orçamento de 2003 permitiu-lhe atender pleitos de outras 20 cidades goianas. Ele disse também que os senadores Iris Rezende e Maguito Vilela – ambos do PMDB goiano – realizaram o mesmo procedimento.

Na visão de Mauro Miranda, é passado o tempo em que divergências políticas inviabilizavam a tramitação de emendas orçamentárias ou mesmo emperravam a liberação de recursos.

– Não poderia deixar de registrar este importante sinal de maturidade política experimentado em meu estado. Governistas e oposicionistas puderam atender suas bases políticas e, ao mesmo tempo, uniram-se em torno dos projetos de maior dimensão para os goianos. Assim é que se faz, na prática, a democracia que tanto defendemos para o dia-a-dia de nossas vidas – concluiu.

CMO vota crédito especial para o Ministério dos Transportes

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina hoje, em reunião marcada para as 18h30, projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União de 2002, em favor do Ministério dos Transportes, créditos especiais no valor de R\$ 8 milhões.

Segundo explicações do ministro do Planejamento, Guilherme Dias, os recursos serão provenientes da Cide (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico), cobrada sobre a venda de combustíveis. Nas despesas que seriam feitas com aqueles recursos, segundo explicou o ministro, verificou-se a realização de menores gastos com o auxílio-gás – bônus concedido pelo governo às famílias de baixa renda, para a compra de gás de cozinha – do que os previamente estimados pelo governo.

Conforme substitutivo apresentado pelo relator, deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE), do total dos recursos que podem ser liberados para o ministério, R\$ 5 milhões destinam-se a obras de melhoramentos das instalações do Porto



Recursos em exame na Comissão de Orçamento são oriundos da Cide, tributo cobrado sobre combustíveis

do Recife (PE), visando, principalmente, proporcionar maior segurança nas operações de atracação e desatracação de embarcações naquele local.

Dos recursos previstos, R\$ 2 milhões destinam-se à construção de pontes no corredor Oeste-Norte, na BR-174 em Mato Grosso, a principal delas sobre o Rio Guaporé, e R\$ 1 milhão às obras do Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte, em Boa Vista (RR).

Também deverão ser liberados recursos para a travessia urbana na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), como complemento de pavimentação da BR-174, no trecho que liga aquela cidade aos municípios de Pontes e Lacerda.

Patrocínio quer assegurar verba a ensino do Tocantins

Ao lembrar os quatro anos de luta no Senado para a criação da Universidade Federal do Estado do Tocantins, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) manifestou, ontem, temor de que os recursos orçamentários que a instituição deveria receber em 2002 sejam contingenciados pelo governo federal e não cheguem a seu destino.

Ele fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que não se negligencie a educação superior do Brasil e “não permitam que os recursos já alocados no Orçamento geral da União deixem de ser dirigidos para aquela instituição pública de ensino superior”.

Segundo Patrocínio, a implantação da universidade vem se processando a passos de tartaruga. Ele observou que, “depois de marchas e contramarchas”, ficou estabelecido que a Fundação Universidade de Brasília criaria uma comissão que seria o órgão responsável pela transição

da Universidade Estadual do Tocantins para Universidade Federal do Tocantins.

– É a UnB que vem processando essa transição e nós sabemos o tanto que demora, até porque é necessário abrir concurso para que os atuais funcionários e professores, que servem ao estado, possam se tornar funcionários públicos federais. E evidentemente tem que haver o edital, o concurso e tempo suficiente para isso.

Em nome dos alunos da universidade, representados pelo Diretório Acadêmico Professor José Caetano de Paula, o senador explicou as razões da paralisa-

ção de quase 60 dias pelos estudantes, mencionando as péssimas condições físicas da universidade. Ele leu carta enviada por esses estudantes aos deputados federais e senadores do Tocantins, “os quais não têm conseguido nem sequer audiência com alguém que tenha condições de resolver seus problemas”.



Carlos Patrocínio pede que recursos para universidade não sejam contingenciados

Roosevelt Pinheiro

José Cruz

Cabral afirma que não quer ser diretor-geral do Senado

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) refutou ontem os boatos de que estaria pleiteando o cargo de diretor-geral do Senado. Apesar de reconhecer o relevo da função, Cabral disse que não pretende ocupar qualquer cargo que não decorra da vontade do eleitor.

— Fui eleito para ser senador e não ando atrás de cargo — afirmou ele, solicitando ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que o desmentido fosse publicado no *Jornal do Senado*.

Bernardo Cabral aproveitou a oportunidade para elogiar o trabalho do atual diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia.

— Ele foi meu braço direito por ocasião da realização da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), quando dirigia a Gráfica do Senado — recordou.

O senador anunciou para hoje pronunciamento sobre a decisão de líderes partidários de adiar a



Roosevelt Pinheiro

Cabral pretende se pronunciar hoje sobre adiamento da votação da reforma do Judiciário

votação do texto da reforma do Judiciário, relatado por ele.

De acordo com a Resolução 42, de 1993, e outras que a seguiram (09/1997 e 07/2002), aprovadas pelo Plenário do Senado, as funções comissionadas, incluindo a de diretor-geral, só podem ser preenchidas por servidores efetivos que possuam qualificações necessárias ao seu exercício.



José Cruz

Comissão deve votar também cota para mulher chefe de família no SFH

CAS examina cinco projetos que permitem uso do FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apreciará amanhã, a partir das 9h, cinco projetos que criam novas oportunidades de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com as propostas, parte do fundo poderá ser usada para compra de veículo ou microcomputador, expansão de negócio próprio, quitação de prestações atrasadas de financiamentos habitacionais e para utilização em cirurgias, excluídas as estéticas.

A CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), deve votar, ainda, projeto de autoria da deputada Laura Carneiro que concede atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade, para marcação de consultas e realização de exames complementares no Sistema Único de Saúde (SUS) e hospitais conveniados.

Outro projeto que deve ser analisado na reunião é o da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que reserva 20% do total de recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) para que a mulher considerada chefe de família possa adquirir a sua casa própria. A relatora do projeto na comissão, senadora Marina Silva (PT-AC), é favorável à aprovação da matéria.

Consta ainda da pauta projeto do Poder Executivo que incentiva a criação de cooperativas e associações destinadas a dar melhor formação profissional aos trabalhadores de baixa renda. Entre outras propostas que devem ser apreciadas, estão a que regulamenta a profissão de artista circense, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), e a que regulamenta o exercício das atividades profissionais de ioga.

Waldeck Ornélas critica mau estado de rodovias federais

Senador salienta que as estradas em piores condições são as do Norte e do Nordeste. Segundo ele, o problema atinge também ferrovias e hidrovias

O péssimo estado de conservação das rodovias brasileiras foi tema do discurso do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que, fazendo uma analogia com a crise de energia elétrica vivida pelo país no ano passado, disse que o Brasil está enfrentando a “crise do buracão”. Citando pesquisa anual da Confederação Nacional do Transporte (CNT) sobre as condições das estradas brasileiras, o senador destacou que a Bahia tem três das piores rodovias do país.

De acordo com a pesquisa citada pelo senador, 59,1% das rodovias federais e estaduais — um total de 47.103 quilômetros avaliados — são consideradas deficientes, ruins ou péssimas, 38,8% boas e apenas 5,1% ótimas. As melhores estradas do país, observou o senador, estão localizadas no Sul ou Sudeste, e as dez piores posições no ranking estão principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Waldeck Ornélas afirmou que no Nordeste não são apenas as rodovias que estão em más condi-



José Cruz

Waldeck Ornélas observa que três das piores estradas federais estão na Bahia

ções, mas também as ferrovias e as hidrovias. Ele citou o caso da Hidrovia do São Francisco, que, embora tenha recebido recursos orçamentários ao longo dos últimos seis anos, não apresentou alterações.

— O que houve lá, onde foram aplicados quase R\$ 20 milhões, foi um verdadeiro desperdício de recursos por parte do Ministério dos Transportes, no momento em que o país enfrenta uma crise fiscal — afirmou.

O senador ressaltou que apenas os aeroportos no Nordeste estão em boas condições, e observou que eles “estão submetidos ao Ministé-

rio da Defesa e não ao dos Transportes”. Ele manifestou o temor de que o próximo governo mantenha o controle do Ministério dos Transportes nas mãos do PMDB, partido que sempre esteve à frente daquela pasta, que, segundo afirmou, “não se notabilizou como realizadora de obras ou por cuidados com a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do país”.

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) também protestou contra as condições da BR-367, que liga o pólo turístico do Jequitinhonha ao pólo turístico do Descobrimento, chegando a Porto Seguro.

Tebet saúda brasileiros pelos 113 anos da Proclamação da República

O presidente do Senado, Ramez Tebet, saudou o povo brasileiro pela comemoração do 113º aniversário da Proclamação da República. Para ele, o 15 de novembro é a data de um dos eventos mais significativos para a nacionalidade brasileira, tendo ocorrido “sem desnecessário derramamento de sangue ou batalhas fratricidas, resultante que foi

do legítimo anseio popular”.

Tebet disse que o Senado, como instituição, participou desde as primeiras horas do empreendimento republicano. Ele destacou particularmente o papel do então senador Rui Barbosa, republicano convicto que, no ministério do governo provisório, teve atuação francamente desenvolvimentista à frente da pas-

ta da Fazenda.

— Passados 113 anos, estamos assistindo a um dos momentos mais marcantes da vivência democrática, já preconizada na Proclamação da República: a alternância pacífica de poder amparada por eleição amplamente legitimada por todos os preceitos constitucionais ou legais — completou.

Ato em frente ao Congresso assinala Dia da Bandeira

Alunos do Colégio Militar de Brasília, granadeiros, a Banda da Guarda Presidencial e os Dragões da Independência participam hoje de cerimônia em homenagem ao Dia da Bandeira. O evento será realizado em frente ao Palácio do Congresso Nacional, a partir das 11h, e contará com a participação do presidente do Senado, Ramez Tebet, e do deputado Paulo Rocha (PT-PA), representando a Câmara.

Os integrantes do Colégio Militar deverão, antes de se posicio-

nar no local da solenidade, visitar o Plenário e o Museu do Senado. Às 11h40, está previsto que eles se dividam em dois grupos. Um se colocará próximo ao mastro do Senado e o outro, próximo ao da Câmara. Entre eles, estará a banda de música.

A previsão é de que as autoridades participantes da comemoração se desloquem para o local da cerimônia às 11h50. Às 11h55, doze granadeiros deverão desfilar pela rampa do Congresso com bandeiras históricas. Atrás deles, seis com-

ponentes da guarda dos Dragões levarão até os mastros as bandeiras a serem hasteadas em frente ao Senado e à Câmara.

De acordo com o roteiro da cerimônia, Ramez Tebet e Paulo Rocha hastearão as bandeiras carregadas pelos Dragões. Durante o hasteamento, será executado o Hino Nacional e, em seguida, o Hino à Bandeira. No final da solenidade, os parlamentares se cumprimentarão e subirão a rampa do Congresso.

Governo não agiu para evitar os efeitos da seca, diz Heloísa

Conforme a senadora, “99% das ações contra a escassez de chuvas não saíram do papel”, como a construção de cisternas, combate à desertificação e revitalização de bacias hidrográficas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou ontem em Plenário contra a falta de assistência aos nordestinos nos períodos de seca, apesar de existir tecnologia, disse, para prevenir as estiagens e para ações que podem reduzir o sofrimento das populações carentes. “É inadmissível” que, num ano de seca anteriormente prevista, “99% das ações contra a escassez de chuvas não tenham saído do papel.”

Segundo ela, programas como construção e melhoria de cisternas, combate à desertificação, revitalização de bacias hidrográficas,



Heloísa: populações carentes continuam reféns da distribuição de cesta básica

manejo e conservação de recursos hídricos, construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica, dessalinização de água e implantação de poços

públicos foram alguns dos projetos que “tiveram execução quase zero durante 2002”.

Para a senadora, “por incompetência e insensibilidade dos políticos nordestinos”, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não liberou recursos orçamentários previstos para diminuir os efeitos da seca, “condenando as populações carentes a serem reféns da distribuição de cestas básicas e contratação de carros-pipa”.

Heloísa afirmou que, até o momento, há 639 municípios da região do Polígono da Seca (Nordeste, norte de Minas Gerais e

norte do Espírito Santo) em situação de emergência. Ela lembrou que, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o primeiro trimestre de 2003 coincidirá com o auge do fenômeno El Niño para a Região Nordeste, causando estiagem prolongada e austera.

Segundo a senadora, a situação será ainda mais grave porque, em 2002, choveu muito pouco. “Assim, serão dois anos praticamente sem chuvas regulares. O Inmet prevê que o Piauí será o estado mais atingido, seguido pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe”.



Devem ser evitados “maiores traumas” para o adolescente, segundo senador

Lindberg quer imprensa fora do caso Pedrinho

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) fez apelo para que o caso do seqüestro de Osvaldo Martins Borges Júnior, o Pedrinho, seja esclarecido de maneira que “não provoque maiores traumas” para o adolescente. Segundo afirmou, a imprensa deveria encerrar a publicação de notícias sobre o fato para evitar novas complicações na vida de Pedrinho.

Mesmo defendendo o afastamento da imprensa do caso, Lindberg Cury não vê motivos para que as investigações da Polícia Civil sejam encerradas. Ele disse que a sociedade brasileira tem o direito de saber “quem retirou Pedrinho dos braços de sua mãe biológica”. O senador pediu também à Justiça punição para o cartório que concedeu a certidão de nascimento do garoto aos pais adotivos.

— Agora mesmo, a principal suspeita do seqüestro se faz passar por vítima, dizendo que seu único crime foi amar Pedrinho. Mas que amor é esse que leva do hospital um recém-nascido, deixando a mãe verdadeira desabar de dor pela perda inestimável? Para piorar, essa mesma mulher, hoje, impede o adolescente de ler sobre o assunto, alegando que é preciso preservá-lo. Preservar do quê? Da verdade? De que a mulher que se diz sua mãe é a mesma que entrou sorratoriamente na maternidade em Brasília e mudou sua vida? — questionou Lindberg.

Na avaliação do senador, crimes hediondos como raptos e seqüestros, seja de criança ou adulto, não podem ficar impunes. Ele elogiou o trabalho da Polícia Civil do Distrito Federal, especialmente do diretor Laerte Bessa, “que vem colhendo provas importantes que incriminam Vilma Martins Costa (a mãe adotiva) como seqüestradora”.

João Alberto sugere atenção a ações que deram certo contra fome

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) sugeriu que o próximo governo aproveite experiências públicas e privadas que deram certo no combate à fome. Ele citou como exemplo de ação bem-sucedida o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança, coordenada por Zilda Arns. Para o senador, cabe ao governo envolver instituições públicas e particulares para que a aplicação de recursos seja mantida sob controle.

Na opinião do senador, é fundamental associar às ações de

combate à fome projetos de promoção social. João Alberto considera que saciar a fome e abandonar os atendidos na ociosidade é “frustrar a esperança de crescimento, é relegá-los à humilhação do paternalismo”.

— É indiscutível que as crianças deverão ocupar lugar de proeminência no programa de combate à fome. Todos sabemos hoje dos males, muitos irreversíveis, que a fome provoca no organismo das crianças, de modo especial até os três anos de idade, durante os

quais, segundo os modernos estudos sobre o cérebro humano, se completa a complexa estrutura dos neurônios — afirmou.

O momento, no entanto, disse, é de “otimizar os recursos disponíveis, de evitar a repetição de erros e de concretizar ações que tenham prazo para terminar”. João Alberto alertou que os programas não podem continuar como iniciativas feitas para que o faminto coma e fique na ociosidade. “É preciso que coma, para trabalhar e construir-se.”



João Alberto sugeriu que o novo governo aproveite experiências como a da Pastoral da Criança

Jucá: prêmio da ONU é reconhecimento dos avanços na educação

O Prêmio Mahbud ul Haq, concedido recentemente ao presidente Fernando Henrique Cardoso pela Organização das Nações Unidas (ONU), em reconhecimento aos avanços sociais registrados no país nos últimos anos, foi apontado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) como uma resposta aos opositores que acusam o governo de ter se preocupado unicamente com a área econômica.

Na opinião do senador, ao reconhecerem os avanços sociais ocorridos no Brasil, os jurados que outorgaram o prêmio leva-



Para Jucá, governo FHC não se preocupou apenas com a área econômica

ram em conta a evolução de indicadores objetivos, como a presença de crianças na escola, que passou de 93% para 97%. O paquistanês Mahbud ul Haq foi professor de Economia e criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Jucá creditou ao Fundescola (Fundo de Fortalecimento da Escola) — programa do Ministério da Educação desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação — o aumento significativo de matrículas. De acordo com o senador, o Fundescola promoveu um conjunto de melhorias na qua-

lidade das escolas do ensino fundamental, ampliando a permanência das crianças nas salas de aulas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ainda estão em andamento, afirmou, ações referentes aos padrões de funcionamento da escola, levantamento da situação escolar, microplanejamento, Programa Dinheiro Direto na Escola, projeto de adequação dos prédios escolares, mobiliário, equipamento escolar e informatização.

DESENVOLVIMENTO

Jucá explicou que, para aperfeiçoar a gestão da escola pública e melhorar a qualidade de ensino, o Fundescola estimula a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Para prepará-lo, a instituição aponta seus

objetivos, estratégias, metas e planos a serem alcançados. Com o PDE, as escolas com mais de 200 alunos podem organizar unidades executoras, dispor de condições mínimas de funcionamento e possuir lideranças fortes.

Como exemplo de sucesso, Romero Jucá citou as 71 unidades escolares de Roraima que adotaram o PDE. Após uma série de levantamentos, foram identificados os pontos fortes e fracos da Secretaria Estadual de Educação. Entre os críticos, estava o aprendizado em Português e Matemática, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental. A meta, agora, é reduzir essas deficiências por meio da implementação de classes de aceleração e capacitação de docentes.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Segundo Ademir Andrade, o que está em jogo é o futuro do Brasil como nação

Ademir: desenvolvimento tecnológico é o desafio

O desenvolvimento tecnológico representa um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo novo governo, na opinião do senador Ademir Andrade (PSB-PA). O futuro governo, afirmou o senador, precisará dar ênfase ao investimento em pesquisa e desenvolvimento, com a articulação entre universidades, centros de criação de ciência e tecnologia e empresas dispostas a dar curso à chamada "economia do conhecimento".

Ademir Andrade lembrou que o Brasil aplica atualmente o equivalente a 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento, o que é pouco em comparação a países menores, como a França, que investe no setor 2,5% do seu PIB. Ele citou ainda pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a qual 16,7% das aplicações das empresas brasileiras destinam-se a atividades de pesquisa e desenvolvimento, contra 30,8% aplicados pelas empresas da Espanha.

FUNDOS

Embora o Brasil tenha fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico, observou o senador, "as empresas, universidades e órgãos públicos que recebem os recursos estão habituados a práticas feudais e corporativas". Para ele, o segredo do desenvolvimento com base na inovação tecnológica está menos no volume de recursos e mais na qualidade das redes que se formam para recebê-los.

Ademir Andrade disse ser imprescindível a implementação de políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil, à semelhança de países que utilizam a tecnologia articulada com a política educacional para impulsionar o desenvolvimento econômico. Ele citou o exemplo do Canadá, que tem leis de incentivos fiscais para a inovação desde

1944. Uma empresa que queira utilizar todos os subsídios existentes no país poderá ter até 57% de seu desenvolvimento tecnológico patrocinados pelos contribuintes. Estados Unidos, França, Alemanha, Taiwan, Japão e Coreia do Sul possuem leis semelhantes, informou.

CONCENTRAÇÃO

O senador apontou como um complicador o fato de a pouca pesquisa que se faz no país estar concentrada nas universidades. Além de seus efeitos levarem anos para chegar à indústria, disse Ademir Andrade, apenas 5% dos resultados dos projetos financiados pelas agências estatais de fomento à pesquisa interessam ao setor industrial. Enquanto no Brasil 73% dos cientistas se concentram em universidades, nos Estados Unidos essa fatia é de 13%, informou o senador, acrescentando que no Brasil 11% estão em centros de pesquisa de empresas privadas, e nos Estados Unidos, 79%.

JUROS

O senador atribuiu aos altos juros – que incentivam as aplicações financeiras – e à instabilidade nas regras do país o desinteresse do empresariado brasileiro pela contratação de pesquisadores. Para ele, se o Brasil quiser alterar essa realidade, precisará de políticas agressivas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico do setor produtivo.

– O que está em jogo é o nosso futuro como nação. Ou nos conformamos em ser uma economia periférica, ao sabor dos humores do mercado internacional, ou estimulamos a inovação tecnológica das empresas, auxiliando a geração de empregos, com a melhoria do sistema educacional e a implantação de bases econômicas que levem a uma distribuição de riquezas mais justa e à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros – concluiu.

Francelino espera Congresso sintonizado com mudanças

Na opinião do senador, o Legislativo precisa modernizar seus meios e métodos de ação para corresponder às esperanças dos brasileiros

O anseio de mudanças e a mobilização da sociedade para apresentar propostas levaram o senador Francelino Pereira (PFL-MG) a pedir que o Congresso Nacional "abandone a apatia para corresponder às esperanças que milhões de brasileiros depositaram nas urnas". Ele ainda questionou se o Congresso estaria preparado para essa demanda.

– Considero que é chegada a hora de o Congresso olhar para dentro de si mesmo. Fazer um urgente *check up* de suas estruturas, buscar modernizar-se, tanto em relação aos meios como aos métodos de ação legislativa – afirmou o senador.

Como exemplo, Francelino Pereira citou a votação da proposta orçamentária para o próximo ano, que demonstra a escassez de recursos e as limitações do Poder Legislativo.

– A margem de manobra para a atividade parlamentar é risível. Nós nos conformamos com a



Francelino: pesquisas mostram distanciamento entre o Congresso Nacional e a sociedade

apresentação de emendas, inclusive as proposições coletivas e individuais de interesse vital dos estados, mas que não podem ultrapassar os limites estabelecidos pelo Poder Executivo, e ainda temos que enfrentar os contingenciamentos na liberação das dotações aprovadas – salientou.

A capacidade de mobilização da opinião pública pelo Congresso também foi criticada. Segundo Francelino Pereira, ela é "quase desprezível", apesar dos avanços obtidos com a implantação dos complexos de comunicação do

Senado e da Câmara, com rádios, tevês e jornais, além da Internet. O senador disse também que as pesquisas de opinião sobre as instituições nacionais mostram o distanciamento entre o Congresso e a sociedade.

Francelino Pereira falou ainda da apresentação de um requerimento de adiamento da votação da reforma do Judiciário, que considerou "um voto de despreço" ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tebet quer definição rápida de data da posse

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que só vai esperar até amanhã por uma definição da Câmara quanto à mudança da data da posse do futuro presidente da República, porque depois já não haverá mais prazo para tramitação da emenda constitucional que propõe a alteração.

– Como presidente do Congresso Nacional, vou cumprir o meu dever. Se a Câmara dos Deputados não se pronunciar nesta semana, não haverá mais tempo. Eu já estou organizando a posse e nesta quarta-feira vou bater o martelo: preparem tudo para o dia 1º de janeiro – enfatizou.

Tebet explicou que, na semana passada, provocou o assunto para estimular uma tomada de decisão, preocupado com a exiguidade do tempo disponível, tanto para a aprovação da emenda quanto para a realização dos preparativos da cerimônia.

– A posse do presidente da República é um fato de grande importância, não só no Brasil, mas também no contexto internacio-



Ramez Tebet espera até amanhã, depois define preparativos para a posse no dia 1º de janeiro

nal. É minha responsabilidade fazer com que essa posse se realize à altura da vida democrática do país – disse.

Segundo o senador, há providências, como o esquema de segurança e a expedição de convites, que não podem mais ser adiadas. Do ponto de vista regimental, a tramitação da emenda seria possível ainda, se iniciada nesta semana, com a eliminação dos interstícios por acordo de lideranças, da forma como foi feito

para a votação da emenda da imunidade parlamentar.

ACORDO

O presidente do Senado reiterou sua opinião de que a definição sobre o preenchimento das Mesas diretoras das duas Casas do Congresso só vai ocorrer na última semana antes da eleição. Ramez Tebet prefere que seu partido, o PMDB, mantenha a presidência do Senado, conforme consta do acordo feito com o PT, e acredita na manutenção da unidade partidária. Para ele, não há necessidade de uma convenção do PMDB para decidir sobre o apoio ao próximo governo, mas, se houver o número necessário de assinaturas de apoio à idéia, ela será realizada.

MÍNIMO

Tebet reagiu positivamente à informação de que existiriam recursos suficientes no Orçamento da União para elevar o salário mínimo para R\$ 240.

– Se houver receita para arcar com isso, será o melhor para o trabalhador brasileiro – afirmou.



Representantes de grupos indígenas participaram ontem do primeiro dia de debates do seminário "Índios e Parlamentos"

José Cruz

Projeto normatiza inscrições de heróis da pátria

Encontra-se na Câmara dos Deputados, com possibilidade de ser votado até o final do ano, projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que visa estabelecer diretrizes para a inscrição de nomes no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, no Distrito Federal.

O projeto estabelece os objetivos do livro, que se destina a manter gravados de forma permanente os nomes de brasileiros que, individualmente ou em grupos representativos, tenham se destacado por sua bravura na defesa e na construção da Pátria. De acordo com o projeto, as honras deverão ser prestadas mediante edição de lei e sob a condição de que tenham transcorrido pelo menos 50 anos da morte do homenageado, excetuados os casos de pessoas mortas em campos de batalha. A homenagem deverá ser feita em coincidência com data memorável da vida do homenageado.

Em defesa da proposta, Alcântara diz que, embora se constate a existência física do *Livro dos Heróis da Pátria*, com nomes já inscritos, não se encontra, no ordenamento jurídico, qualquer norma que lhe diga respeito. Assim, torna-se empecilho formal que as propostas de inscrições de nomes estejam apoiadas na legislação.

O senador lembra que duas proposições em homenagem a heróis nacionais se converteram em lei por meio de medida provisória. Numa, o Executivo mandou inscrever os nomes de Tiradentes e Deodoro da Fonseca e, em outra, de autoria de parlamentar, homenageou-se Zumbi dos Palmares.



Célio Azevedo

Falta de legislação dificulta inscrição de nomes no "Livro dos Heróis da Pátria", diz Alcântara

Seminário discute defesa da causa indígena pelo Congresso Nacional

Durante abertura do evento, ontem, o senador Tião Viana afirmou que o governo Lula irá imprimir novo modelo de pactuação para enfrentar questões relativas aos índios brasileiros

A participação e a defesa de reivindicações dos povos indígenas no Congresso Nacional são os principais temas de discussão do seminário "Índios e Parlamentos", que termina hoje no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal. Durante a abertura do evento, ontem, o senador Tião Viana (PT-AC) disse não ter dúvidas de que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva irá imprimir novo modelo de pactuação e responsabilidade no tratamento da causa indígena.

Para enfrentar a dívida social do país para com esses povos, Viana defende a implementação de políticas públicas que propiciem uma "discriminação positiva". A exemplo de projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que cria cotas para população afro-descendente nas universidades públicas, o senador petista diz que tramita, com esse mesmo espírito, projeto de sua autoria em que estudantes de origem indígena tenham 1% das vagas dessas instituições.

Sobre a representação dos índios no Congresso Nacional, a coordenadora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Iara Pietricovsky, lembrou que o cacique Mário Juruna foi o único índio eleito deputado federal na história da República. Segundo Iara, a questão indígena ainda não possui "identificação partidária" e vem sendo abraçada, ao longo da trajetória política brasileira, mais por lideranças de centro-direita que de esquerda.

— Isso é um passivo político que temos de mudar para melhorar o parâmetro democrático brasileiro — afirmou Iara.

Embora não existam parlamentares índios no Congresso Nacional, já há prefeito, vice-prefeito e vereadores com essa origem atuando no país. Além do desafio de construir sua representação legislativa, esse povos têm pela frente a tarefa de cobrar o compromisso de defesa de seus direitos assumido pelos parlamentares eleitos.

Parlamentar da Colômbia relata experiência

A experiência parlamentar indígena em outros países da América Latina foi abordada ontem durante o seminário "Índios e Parlamentos". Segundo o senador Felix Taraupes, da Colômbia, há apenas 11 anos os povos indígenas colombianos, distribuídos por mais de 80 nações, conseguiram inserir alguns direitos fundamentais no texto constitucional.

Taraupes revelou que os índios colombianos começaram "a abrir caminho para a construção de uma nova política" no país entre as décadas de 60 e 70. O gradual fortalecimento da causa indígena

culminou, conforme observou, com a inserção do direito desses povos à terra na Constituição de 1991.

— Antes éramos tratados como selvagens, sem direito a pensamento ou alma — afirmou.

Apesar dos avanços obtidos, o senador colombiano lamentou que algumas das lideranças indígenas com investidura política tenham desvirtuado suas ações e se rendido à corrupção.

A partir do momento em que a Constituição passou a garantir recursos fiscais para as áreas indígenas, afirmou Taraupes, mui-

tos líderes começaram a comportar-se como "funcionários do governo, assumindo vícios da burocracia e tornando-se caciques da politicagem". Passaram também, disse ele, a distribuir cargos e a se associar a correntes políticas, distanciando da causa de seu povo.

Atualmente, existem cinco índios com assento no Parlamento da Colômbia. Para Taraupes, a bandeira principal da causa indígena no Legislativo deve ser a conservação de seu território. Na sua opinião, isso é fundamental para que os povos indígenas tenham autonomia e dignidade.

Tebet registra visita de senador canadense

O presidente do Senado, Ramez Tebet, registrou com satisfação a presença no Plenário, durante a sessão de ontem, do senador canadense Michael Biron, representante da província de Quebec, Canadá. Biron está no Brasil para participar do seminário sobre população indígena, informou Tebet.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet e Francelino Pereira